



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004761-18.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores**
 Requerente: **Elias Barbosa da Silva**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Gabriela Müller Carioba Attanasio

VISTOS.

Trata-se de Ação Declaratória de Isenção Tributária ajuizada por Elias Barbosa da Silva, genitor de Davi Gabriel Ferreira da Silva, contra a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo**, sustentando, em síntese, que seu filho é portador de Paralisia Cerebral (CID 10 G80), e está na dependência total de terceiros para a sua locomoção devendo, portanto, ser beneficiário de isenção do IPVA do único veículo automotor da família, FIAT Palio Attract de placa HGC 4819, RENAVAM 00497581485, em conformidade com os disposto na Lei Estadual nº 13.296/2008.

Objetiva, assim, a procedência do pedido para obter a declaração de isenção para o IPVA sobre o veículo indicado, referente ao ano de 2017.

Pela decisão de fls. 36/37 foi indeferida a antecipação dos efeitos da tutela.

Citada a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação (fls. 43/44), sustentando a improcedência do pedido, sob o fundamento de que a Lei Estadual nº 13.296/08, em seu artigo 13, inciso III, não prevê isenção na hipótese narrada na inicial. Afirma que a interpretação extensiva da jurisprudência sobre o dispositivo permite a isenção para proprietário com deficiência física que não é condutor, mas não abarca a situação em que o proprietário não possui deficiência.

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

fáticas.

O pedido merece acolhimento.

A jurisprudência, em consonância com os princípios constitucionais, tem entendido que a interpretação da norma que regulamenta a matéria deve ser flexibilizada a fim de atender a todos os deficientes, mesmo nos casos em que o veículo seja conduzido por terceiro, pois, de outra forma, afrontaria ao fim colimado pelo legislador, ínsito em particular no art. 227, § 1º, II da Constituição Federal, qual seja, o de facilitar a locomoção de pessoa portadora de deficiência física e, efetivamente, integra-la à sociedade. Em análise equivalente, na senda da interpretação teleológica, se somente os deficientes com habilitação fossem abarcados pela benesse, a norma, em apartada aplicação, restringiria a locomoção de deficientes inaptos para dirigir e, na prática, criaria mais obstáculos à sua participação na vida em sociedade e em igualdade de condições.

Neste sentido, inclusive, tem decidido o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

DEFICIENTE FÍSICO. Isenção de IPVA. Pretensão de obter isenção do IPVA de veículo automotor de propriedade de deficientes físicos mentais (Síndrome de Down, Autismo e Mal de Parkinson), embora dirigido por terceiros. Extensão do benefício aos condutores do veículo. Possibilidade. Atendimento ao princípio da isonomia, da dignidade da pessoa humana e da inclusão social das pessoas portadoras de deficiência física. Inocorrência de ofensa ao princípio da legalidade ou da separação dos poderes. Lei Federal nº 10.690/2003. Precedentes. Sentença mantida. Recurso improvido. (Apelação nº 1004072-37.2014.8.26.0482, Relator(a): Claudio Augusto Pedrassi; Comarca: Presidente Prudente; Órgão julgador: 2ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 28/07/2015; Data de registro: 31/07/2015).

APELAÇÃO – MANDADO DE SEGURANÇA - IPVA – ISENÇÃO – DEFICIENTE FÍSICO – Pretensão mandamental do impetrante voltada ao reconhecimento de seu suposto direito líquido e certo a obter a isenção do IPVA, em razão de ser pessoa portadora de deficiência física - possibilidade – acervo fático-probatório dos autos que comprova ter sido o veículo adquirido para ser utilizado por pessoa com deficiência física, ainda que sob a direção/condução de terceiro - preenchimento dos


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

requisitos elencados no art. 13, III da Lei Estadual nº 13.296/2008, cc. art. 4º, I, do Decreto nº 59.953/2013 – interpretação harmônica entre a legislação paulista e os arts. 5º, caput, 23, inciso II, e 203, inciso IV, da Constituição Federal - prevalência dos preceitos constitucionais que asseguram a proteção especial às pessoas deficientes - precedentes - sentença concessiva da ordem de segurança mantida. Recursos, oficial e voluntário, improvidos, com observação. (Apelação nº 1004730-19.2014.8.26.0302, Relator(a): Paulo Barcellos Gatti; Comarca: Jaú; Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 27/07/2015; Data de registro: 31/07/2015).

APELAÇÃO. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores. Ação Declaratória. Pretensão à isenção de IPVA sobre automóvel de propriedade de deficiente físico não condutor. Possibilidade Interpretação teleológica e sistemática. Aplicação dos princípios constitucionais da igualdade, dignidade da pessoa humana e isonomia tributária em absoluta consonância com a Constituição Estadual. Prevalência dos preceitos constitucionais que asseguram a proteção especial às pessoas deficientes. Sentença mantida. Apelo a que se nega provimento". (TJSP Apelação nº 001223-09.2014.8.26.0483, 8ª Câmara de Direito Público, Relator: Ponte Neto, Data do julgamento: 20/08/2014).

Desnecessário, portanto, indagar se será o próprio deficiente ou terceiro o condutor do veículo, pois o que se almeja favorecer é a movimentação, a circulação e o deslocamento, não o ato de conduzir veículo automotor propriamente dito sendo irrelevante, igualmente, considerando que é o único carro disponível na família para transporte do filho deficiente, o fato de o seu genitor ter optado em registrar o veículo em seu próprio nome.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido para conceder a isenção do IPVA, relativamente ao veículo automotor FIAT Palio Attract de placa HGC 4819, RENAVAM 00497581485, de modo que referido imposto não lhe poderá ser validamente exigido, desde janeiro de 2017.

Sem condenação em verbas sucumbenciais, na primeira instância, no juizado.

P. I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 15 de abril de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**